

Juventude e política na experiência de dez anos do Parlamento Jovem Brasileiro

Youth and politics in ten years experience of Brazilian Youth Parliament

*Antonio Teixeira de Barros¹
Lúcio Meireles Martins²*

RESUMO: Este trabalho analisa os impactos do Parlamento Jovem Brasileiro (PJB), programa de simulação parlamentar juvenil da Câmara dos Deputados brasileira, tendo como referência um teste de duas hipóteses. A primeira avalia se a experiência interferiu na confiança política e a segunda examina se o PJB estimulou o engajamento e a participação política dos jovens. O estudo resulta de pesquisa concluída em 2014, baseada em levantamento do tipo survey, com questionário aplicado on-line aos egressos das edições de 2004 a 2013 (10 eventos). As conclusões confirmam as duas hipóteses testadas empiricamente. Fica evidente nos resultados da pesquisa um aumento expressivo no nível de confiança e de engajamento político dos egressos do PJB, com destaque para a participação político-partidária. Conclui-se ainda que se trata de um público diferenciado do eleitorado jovem em geral.

ABSTRACT: This paper analyzes the impacts of Brazilian Youth Parliament (PJB), youthful parliamentary simulation program of the Brazilian Chamber of Deputies, from the two hypotheses test. The first evaluates the experience interfered in political trust and the second examines the PJB encouraged engagement and political participation of young people. The study results from research completed in 2014, based on a survey of the type survey with questionnaire online with graduates of the 2004 to 2013 editions (10 events). The findings confirm the two hypotheses tested empirically. It is evident in the search results a significant increase in the level of trust and political engagement of PJB graduates, highlighting the political party participation. We can also conclude that it is a different audience of young voters in general.

1 Doutor em Sociologia. Docente do Programa de Mestrado em Ciência Política do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOR). E-mail: antonibarros@gmail.com

2 Mestrando em Ciência Política no Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOR). E-mail: lucioگوiano@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Juventude e política. Engajamento juvenil. Parlamento Jovem Brasileiro. Câmara dos Deputados. Brasil.

KEYWORDS: Youth and politics. Youth engagement. Young Brazilian Parliament. Chamber of Deputies. Brazil.

I. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo avaliar os impactos do Parlamento Jovem Brasileiro (PJB), programa de simulação parlamentar juvenil da Câmara dos Deputados brasileira, tendo como referência um teste de duas hipóteses. A primeira avalia se a experiência interferiu na confiança política dos participantes; a segunda, se o PJB estimulou o engajamento e a participação política dos jovens, no plano institucional.

A análise é baseada em levantamento do tipo survey, com questionário aplicado on-line, nos meses de outubro e novembro de 2014. Os ex-participantes das edições de 2004 a 2013 (10 eventos) foram contatados por meio de e-mail e Facebook, quando foram convidados a preencher um questionário com questões abertas e fechadas. Do total de 762 jovens que participaram do projeto nas dez edições mencionadas, 173 responderam o questionário, representando 22,70% do universo estudado.

Intentou-se a realização de um censo junto aos participantes, mas, ao final da coleta de dados, optou-se pela exclusão das respostas relativas aos dois anos iniciais (2004 e 2005), em vista do baixo índice de respostas advindo da dificuldade de contato com esse grupo. Assim, a análise final contempla oito anos de execução do PJB, isto é, de 2006 a 2013, totalizando 166 respondentes, equivalente a 27,43% do total de egressos das oito edições mencionadas (universo de 605 participantes). Essa decisão foi tomada considerando as diversas características desse público analisado no estudo, entre elas, gênero, idade, moradia em capital ou cidade do interior e escolaridade³, já que a análise de uma amostra com apenas duas (2004) ou cinco (2005) respostas não abarcaria esses variados fatores necessários à compreensão dos fenômenos estudados.

A pesquisa teve como fundamentação teórica a sociologia da juventude e a sociologia política. A primeira contribui com a ideia de que cada vez mais os jovens passam a ser caracterizados como um grupo social plural e emergente, com diferentes formas de engajamento e de participação, variados repertórios de ação coletiva e múltiplas agendas. A segunda contribui com estudos sobre confiança política e engajamento político juvenil. A

³ Não foram analisados fatores socioeconômicos, pois essa questão poderia prejudicar o levantamento de dados devido ao constrangimento que acarretaria na coleta. Outro fator não estudado foi a proveniência dos egressos de escolas públicas ou particulares, já que os ex-participantes das edições mais antigas passaram por outras instituições também públicas ou privadas como universidades e outras instituições de ensino, o que inviabilizaria uma análise isolada dessa característica.

confiança é considerada um dos elementos centrais da modernidade, na forma de credibilidade pública, o que se reflete diretamente na imagem e reputação de governos e instituições públicas. Estudos empíricos apontam para uma multiplicidade de formas de participação e de engajamento social dos jovens, os quais enveredam por caminhos diversos, sejam os da política institucional, sejam os da ação militante no trabalho social voluntário.

2. CONFIANÇA POLÍTICA

A confiança institucional é um dos elementos centrais da modernidade, na forma de credibilidade pública, o que se reflete diretamente na imagem e na reputação de governos e instituições públicas. Trata-se de “uma forma de fé na qual a segurança adquirida em resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas uma compreensão cognitiva” (GIDDENS, 1990, p.29). Dessa forma, a confiança expressa no nível de adesão ao regime democrático e na utilização das instituições oficiais constitui um fator simbólico de suma importância para a estabilidade política e institucional.

Como assinala Miguel, há uma “deterioração da adesão popular às instituições representativas” (2003, p.123), especialmente sob o ponto de vista liberal de democracia adotado por autores como Schumpeter. Em outra obra, Miguel faz uma síntese dos estudos que apontam uma crise da representação ou da democracia nos países ocidentais nos anos 70 e 90 do século passado e que revelam “o descrédito generalizado das instituições representativas entre os cidadãos comuns” (MIGUEL, 2005, p.27). A confiança, portanto, pode se tornar um antídoto às recorrentes crises das democracias (MCCOY, 2000).

Vários outros autores (PORTO, 1996; BOSCHI, 2004; STOKER, 2006; DALTON, 2007; MOISÉS, 2009) enfatizam a crise de descrédito por que passam as instituições políticas contemporâneas. Pesquisas recentes revelam que o nível de confiança da população nas instituições políticas nunca foi tão baixo, especialmente em relação às casas legislativas (LESTON-BANDEIRA, 2012). Essa desconfiança nos políticos, o ceticismo em relação a instituições democráticas e a desilusão com o processo democrático chegam a ser apontadas por Dalton (2007) e Stoker (2006) como o grande desafio das democracias contemporâneas, já que é comum a todas as democracias industriais avançadas. A desconfiança é apontada em vários estudos da ciência política⁴ como efeito da percepção da corrupção e ênfase dos media em informações sobre condutas inadequadas de parlamentares e figuras da vida pública (POWER; JAMINSON, 2005). O desenvolvimento de uma cidadania cada vez mais crítica e vigilante também é apontado como um

⁴ Para um panorama desses estudos, ver Power e Jaminson, 2005; Colen, 2010; Lopes, 2004; Ribeiro, 2011, entre outros.

dos fatores do aumento da desconfiança (RIBEIRO, 2011).

Boschi (2004, p. 3) explica que isso se deve à ausência de resultados substantivos das instituições democráticas que correspondam às expectativas dos cidadãos em relação a mudanças, revelando um descompasso muito grande entre o que chama de democracia formal e substantiva no Brasil e na América Latina em geral, com implicações sobre a qualidade da democracia. Ainda que certo grau de desconfiança seja necessário para garantir a fiscalização ou para estimular reformas e melhorias no processo democrático, a confiança é importante, se não para a existência da democracia, ao menos para sua vitalidade (TILLY, 2008; NORRIS, 1999; LIJPHART, 2001).

Dessa forma, as instituições políticas surgem como “fatores de diminuição de risco” (FERES JÚNIOR; EISENBERG, 2006, p.471), pois seu funcionamento adequado inibe previamente os potenciais quebradores de confiança, possibilitando a reparação dos danos causados pelo não cumprimento das regras por alguns. Para os autores, as instituições servem como espaço de discussão e deliberação de três tipos de demandas sociais em um regime democrático: reconhecimento, redistribuição e revisão das regras das próprias instituições (2006, p.473).

O fato é que o debate sobre democracia está diretamente relacionado com a questão da confiança do cidadão nas instituições. A discussão está conectada à ideia de que a confiança da população nas instituições de seus países ou comunidades é um aspecto essencial para a legitimidade do regime político, portanto, para a estabilidade do sistema social. De maneira geral, podemos dizer que quanto mais confiança nas instituições, maiores as chances de desenvolvimento de um regime democrático satisfatório para a população (DAHL, 1989; NORRIS, 1999; LIJPHART, 2001; TILLY, 2008). No sistema representativo, com parlamentos, isso adquire ainda mais importância.

Estudos empíricos internacionais mostram que, embora a confiança nas instituições políticas esteja em declínio, isso não se verifica quando se trata das pesquisas sobre a adesão dos cidadãos à democracia. A interpretação do fenômeno é complexa e multifacetada. Por um lado, há análises que associam a desconfiança ao avanço da cidadania crítica, como é o caso de Pipa Norris (1999). Para a autora, quanto mais críticos os cidadãos se tornam, mais exigem dos representantes e das instituições. Em perspectiva contrária, o argumento mais citado se baseia na visão de Clauss Offe (1999), segundo o qual a desconfiança generalizada dos cidadãos nas instituições e nos governantes pode comprometer a relação entre governantes e governados, uma das bases de sustentação dos regimes democráticos.

Diante desse cenário, importa avaliar como o PJB interfere na relação dos egressos com a política, sob o ângulo específico da confiança no Poder Legislativo e nos partidos políticos.

3. JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

No caso da juventude, estudos empíricos apontam para uma multiplicidade de formas de participação e de engajamento político e social, os quais enveredam por caminhos diversos, sejam os da política institucional, sejam os da ação militante no trabalho social voluntário (CASTRO, 2008; MAYORGA, CASTRO, 2009). Outra característica do engajamento político juvenil é que nem sempre o sentido político das ações aparece de forma ostensiva, ou seja, nem sempre é explicitado ou admitido pelos jovens. Isso mostra que as formas convencionais da ação política permanecem em tensão com outras escolhas de engajamento e de participação na sociedade.

O engajamento juvenil, contudo, é impulsionado pelo idealismo, conforme registra pesquisa de Castro (2008), marcado pela convergência na defesa de causas comuns, independentemente da orientação ideológico-partidária. Essa convergência é expressa, por exemplo, no combate à corrupção, na redução das desigualdades sociais e na reivindicação de melhores serviços públicos, especialmente educação e saúde. Isso significa que a militância juvenil nos partidos políticos e nos movimentos estudantis é pautada por uma visão crítica da sociedade e pela participação entendida como forma de promover uma ampla transformação social (CASTRO, 2008, p.257).

Essa particularidade no modo juvenil de encarar a participação é um dos fatores que explicam a suspeita deles em relação à política institucionalizada. Além disso, as disputas, os debates e conflitos característicos da esfera partidária, por exemplo, são vistos como impedimentos para o engajamento e a participação no plano institucional, pois implicam negociações e acordos suspeitos. Tais arranjos são considerados instrumentos para a máquina partidária, algo que se distancia do ideal de transformação sociopolítica almejada. Por essa razão, os jovens preferem “uma via direta de ação e de participação na sociedade, em que podem constatar, por eles mesmos, os efeitos do que fazem, sem intermediações” (CASTRO, 2008, p.263).

Embora a juventude seja representada sociologicamente como “uma categoria relacional que posiciona os indivíduos como pertencentes a uma dada faixa etária” (GOHN, 2013, p.205), o que as pesquisas recentes mostram é que existem várias juventudes. Cada vez mais os jovens passam a ser caracterizados como um grupo social plural e emergente (MALFITANO, 2011)⁵, com diferentes formas de engajamento e de participação, variados repertórios de ação coletiva e múltiplas agendas (DAYRELL; MOREIRA;

⁵ Ao mesmo tempo em que impera essa visão plural da juventude sob a ótica sociocultural, a autora alerta que “observa-se uma uniformização da ideia de juventude, considerando-a indistintamente como um grupo único, para o qual se lança o olhar como ‘problema político’, necessitando de intervenção e de controle” (MALFITANO, 2011, p.525).

STENGEL, 2011), o que requer olhares menos simplificadores. Isso dificulta a identificação de um padrão de engajamento e de participação, além de apontar para a dificuldade de registrar tendências uniformes e estanques (RIBEIRO; LANES; CARRANO, 2006).

3. O PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO

O PJB é um projeto anual de simulação parlamentar juvenil. Estudantes do ensino médio e técnico de escolas públicas e privadas, entre 16 e 22 anos (2º ou 3º anos), são convidados a participar de um concurso de projetos de lei, por meio do qual são selecionados 78 jovens que terão a oportunidade de passar por um processo de formação e prática parlamentar simulada, durante uma semana, na Câmara dos Deputados.

A iniciativa foi idealizada pelo então Deputado Federal Lobbe Netto (PSDB/SP) e instituída como um projeto institucional da Câmara dos Deputados pela resolução 12/2003. Em novembro daquele ano, previa-se inicialmente um projeto a ser desenvolvido em parceria com as instituições representativas estudantis (UNE e UBES), que promoveriam a seleção dos estudantes por meio de eleições abertas. Percebe-se assim que o objetivo inicial do projeto era formar líderes políticos, dada essa intenção de se vincular ao movimento estudantil. Também era prevista alternância de turmas do ensino médio e do ensino superior a cada ano⁶. Porém, já na primeira edição do projeto, em 2004, ele foi iniciado com outra configuração, bastante semelhante ao formato atual, direcionado a jovens do ensino médio, com seleção feita por concurso de redação legislativa. Apesar das alterações pontuais de procedimentos, na seleção ou nas atividades didáticas e de simulação, o projeto vem tendo uma constância de seus procedimentos e conteúdos, o que facilita uma análise histórica dos seus resultados. Desde que foi criado, o PJB já contabilizou onze edições (2004-2015).

Apesar de não ter sido efetivada a participação das instituições estudantis, uma das características do projeto está no envolvimento interinstitucional. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) tem papel essencial na difusão do programa nacionalmente. As secretarias estaduais de educação fazem a divulgação do projeto por meio de releases pré-elaborados, spots de rádio e peças publicitárias impressas, oferecidos pela Câmara dos Deputados, e recebem as inscrições com os projetos de lei para uma primeira avaliação de questões documentais obrigatórias. O servidor indicado por cada secretaria de educação também faz uma primeira seleção dos projetos com base em critérios preestabelecidos e os escolhe em até quatro vezes a quantidade de vagas de cada estado. A seleção final dos

⁶ Regimento interno do PJB ainda mantém essas intenções iniciais, apesar das modificações por que passaram o projeto: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/parlamento-jovem/regimento-interno-do-parlamento-jovem-brasileiro>

projetos é feita por uma comissão de servidores da Câmara dos Deputados.

No mês de março anterior a cada edição, é feito um encontro com os colaboradores dos estados com diferentes objetivos: avaliação da edição anterior, conscientização quanto à importância da educação política, busca de compromisso com as etapas de organização do programa e apresentação da campanha de divulgação da edição seguinte.

A simulação inclui eleição da Mesa Diretora, debates nas comissões temáticas, além de votação em plenário de proposições, sendo todas as atividades organizadas conforme o Regimento Interno do PJB, homologado pelo Ato da Mesa Diretora da Câmara nº 49/2004.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos dados se inicia com a caracterização da amostra estudada, com ênfase para os seguintes aspectos: faixa etária dos respondentes, sexo, ano de participação, região e escolaridade. O objetivo dessas informações é contextualizar as respostas dos sujeitos da pesquisa.

A amostra estudada inclui participantes de 17 a 29 anos, 52%⁷ são mulheres e 48%, homens (Tabela 1).

TABELA 1 - Idade e sexo dos informantes

Faixa etária	N	%	Gênero	N	%
17 a 20	64	38,55	Masculino	86	48,19
21 a 24	77	46,38	Feminino	80	51,80
25 a 29	25	15,06	-	-	-
Total	166	100	-	166	100

Fonte: Elaboração dos autores

Do ponto de vista da faixa etária, predominam os respondentes entre 20 e 25 anos, com 77 registros, equivalente a 46%. Quanto à relação entre o percentual de masculinos e femininos, os dados são coerentes com a realidade nacional e também com o número de eleitores (48%) e eleitoras (52%), segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral⁸.

Quanto à distribuição por ano, a Tabela 2 mostra um relativo equilíbrio no número de respondentes de cada uma das edições do PJB, com o menor percentual de 19% em 2010 e o maior de 41% em 2013. Mesmo quando se trata dos percentuais menores, a amostragem pode ser

⁷ As porcentagens exibidas nas análises textuais estão arredondadas para mais quando têm casa decimal maior do que 0,5 e para menos quando, menor.

⁸ Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>

considerada representativa do universo de egressos.

TABELA 2 - Quantitativo das amostras por edição

Edição	Amostra	População	Porcentagem
2006	17	78	21,79%
2007	29	77	37,66%
2008	20	78	25,64%
2009	17	65	26,15%
2010	15	77	19,48%
2011	20	81	24,69%
2012	16	70	22,86%
2013	32	79	40,51%
Total	166	605	27,43%

Fonte: Elaboração dos autores.

Os egressos que responderam à pesquisa residem em grande parte em cidades do interior⁹ (62%) e os demais, em capitais, com predomínio de residentes nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul, como mostra a Tabela 3. Uma informação complementar relevante é que a amostragem de egressos segmentada conforme a região geográfica é relativamente coerente com a distribuição do eleitorado regional¹⁰.

A quantidade de vagas do projeto é proporcional ao quantitativo de cadeiras na Câmara dos Deputados, que, por sua vez, está vinculada à população dos estados brasileiros. Conforme pode ser verificado na Tabela 3, a realização da pesquisa resultou numa proporção muito próxima entre a amostra e a população de eleitores das regiões, com leve diferença em algumas e um maior percentual na amostra do Sudeste. Considera-se assim que os dados levantados têm uma boa representatividade do perfil dos egressos do PJB.

Em relação à formação educacional dos egressos, grande parte dos respondentes está em processo de graduação ou já se formou¹¹ (69%). Quando se separam apenas aqueles graduados ou graduandos em ciências humanas ou sociais aplicadas, chega-se a um percentual de 48% do total da amostra.

9 As cidades foram classificadas em capital ou cidade de interior, sem uma análise mais detalhada do seu tamanho. Cidades de regiões metropolitanas das capitais, quando nomeadas diretamente, foram consideradas cidades do interior, pois isso indicaria uma vinculação maior à localidade mais próxima do que à metrópole.

10 Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado>

11 Cabe ressaltar que os dados se referem ao momento em que os egressos responderam o questionário e não ao período em que participaram do PJB.

TABELA 3 - Comparação da amostra dos egressos e população de eleitores

Região	N	Amostra em relação à população de egressos	Proporção da população brasileira por região	Eleitores N	Eleitores %
Norte	15	8,44%	8,88%	10.704.517	7,55
Sudeste	66	39,75%	40,83%	61.233.192	43,21
Centro-Oeste	19	7,45%	11,24%	10.266.708	7,24
Nordeste	39	27,75%	23,67%	38.388.087	27,09
Sul	26	14,32%	15,38%	20.810.471	14,68
Exterior	1	0,60%	N*	296.157	0,20
Total	166	100	100	141.699.132	100

Fonte: Elaboração dos autores, com dados do TSE – Estatística de eleitorado em 2015.

*Os dados da quantidade de brasileiros residentes no exterior são muito discrepantes entre os diferentes órgãos, dessa forma, nesta tabela, as porcentagens da população estão apresentadas desconsiderando esse grupo.

TABELA 4 - Escolaridade dos egressos

Formação	Quantitativo de respostas	Proporções da amostra
Médio e técnico	33	19,87%
Graduação	114	68,67%
Pós-graduação	19	11,44%
Total	166	100

Fonte: Elaboração dos autores.

4.1. A CONFIANÇA NO PODER LEGISLATIVO E NOS PARTIDOS POLÍTICOS

A variação da confiança em relação ao Poder Legislativo foi sensível. Foi perguntado qual seria o nível de confiança antes e, em outra questão, qual passou a ser o nível de confiança após o PJB, com ambas as questões respondidas no mesmo questionário. Fica evidente nos resultados uma variação significativa da confiança, enquanto a maioria dos egressos considera seu nível de confiança no Legislativo, antes do PJB, nos dois menores níveis (51%), após a simulação parlamentar 87% se identificam com os dois maiores níveis.

TABELA 5 - Confiança no Poder Legislativo antes e após o PJB

Confiança antes	N	%	Confiança após	N	%
nenhuma	16	9,63	nenhuma	3	1,80
quase nenhuma	69	41,56	quase nenhuma	18	10,84
alguma	76	45,78	alguma	97	58,43
muita	5	3,01	muita	48	28,91

Fonte: Elaboração dos autores.

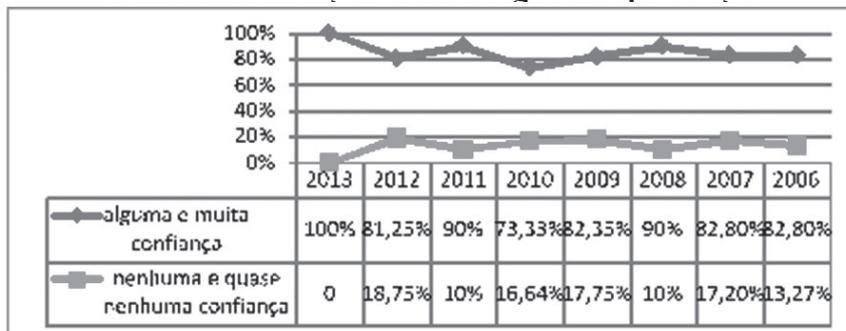
Um dado relevante deste levantamento é o fato de que apenas 4% dos egressos tiveram uma variação negativa e outros 37% afirmaram que não houve variação da confiança, contudo 58% variaram positivamente, em diferentes graus, a confiança no Poder Legislativo. Esse resultado aponta para uma inversão de uma lógica comum também no eleitorado em geral, no qual se verifica um baixo nível de confiança no Parlamento, sendo que numa escala de 0 a 100, o IBOPE (2014) encontrou 35 pontos para a confiança no Congresso Nacional, o que, comparado a outras instituições sociais, perde apenas para os partidos políticos, que têm a menor pontuação (30). Para efeito de comparação, transpondo-se a escala utilizada de quatro níveis de confiança deste estudo para uma escala centesimal¹², são verificados, aproximadamente, 47 pontos como percepção para o período anterior, e 71 pontos após a participação, o que indica um aperfeiçoamento considerável do nível de confiança dos jovens no Poder Legislativo. O fator gênero não apresentou diferença significativa quando correlacionado com o nível de confiança no Poder Legislativo. De forma semelhante ao fator gênero, o nível educacional não indicou forte relação com o nível de confiança pós-PJB.

Como forma de avaliar se os egressos com maior tempo decorrido da participação no projeto teriam menor confiança no Legislativo, foram agrupados os dois menores níveis e também os dois maiores, conforme pode ser visualizado no Gráfico 1.

Por meio dessa análise, é possível perceber certa manutenção dos níveis de confiança no Poder Legislativo com o passar dos anos decorridos da participação no projeto, apesar de uma leve diminuição dessa confiança dos egressos nos quatro anos posteriores à participação. Um quantitativo a ser destacado é que 29% (48 respostas) dos egressos em geral afirmaram ter muita confiança no Poder Legislativo após o PJB, o que demonstra um efeito significativo, já que apenas cinco afirmaram ter muita confiança no Parlamento em relação ao período anterior ao projeto (3%).

12 Transposição feita da seguinte forma: nenhuma confiança = 0, quase nenhuma = 33,33, alguma = 66,66 e muita = 100.

Gráfico 1: Confiança no Poder Legislativo por edição

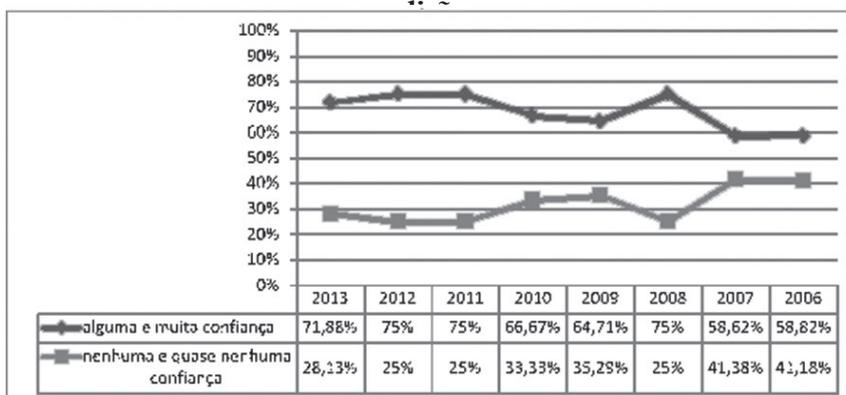


Fonte: Elaboração dos autores.

4.2 CONFIANÇA NOS PARTIDOS POLÍTICOS

Outra temática da pesquisa em questão é o nível de confiança dos egressos nos partidos políticos, já que esse é um fator com possível influência na participação política institucionalizada. Foi perguntado aos egressos qual seria o nível de confiança que eles teriam antes de participar do projeto e qual o nível após o PJB (alternativas – nenhuma, quase nenhuma, alguma e muita confiança). Para 49% dos respondentes, a confiança aumentou, em diferentes graus: 42% se mantiveram como antes e outros 9% diminuíram sua confiança nos partidos.

Gráfico 2: Confiança nos partidos políticos após o PJB por ano da

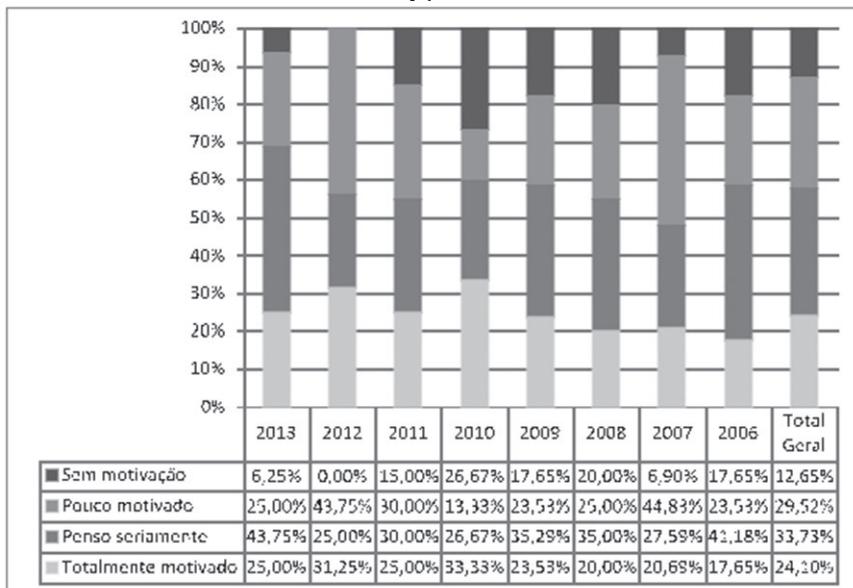


Fonte: Elaboração dos autores.

Apesar de ficar visível uma diminuição do nível da confiança conjuntamente com o tempo decorrido da participação, é possível constatar certa constância da confiança nas instituições partidárias, tendo como

referência os dois maiores e menores níveis. É importante destacar a predominância de respostas nos dois graus intermediários – quase nenhuma confiança (23%) e alguma confiança (56%).

Gráfico 3: Motivação para participar da política via partidos



Fonte: Elaboração dos autores.

O nível educacional dos egressos não apresentou relação relevante com essa motivação, porém é possível perceber um maior quantitativo de egressos formados ou formando em ciências humanas ou sociais aplicadas que têm maior interesse pela política institucional.

Conforme preceitos da teoria da cultura cívica, a confiança é fator preponderante para a participação no contexto democrático (ALMOND e VERBA, 1965). Nesse sentido, o cruzamento do nível de confiança dos egressos com a motivação para a participação institucional em partidos políticos pode nos dar uma perspectiva de análise mais aprofundada (Tabela 60).

Aqueles egressos que têm maior confiança nos partidos políticos apresentam também maior motivação de participar dessas instituições. Essa afirmação se baseia no cruzamento dos dois maiores níveis de confiança com os dois maiores de motivação, que somam 77 egressos (46%). A inversão dos quesitos também abarca parte considerável dos egressos, já que aqueles com menor motivação e menor confiança reúnem 20%. Os que têm menor confiança junto aos que, ao contrário, têm maior motivação, somam apenas 11%. Em contraponto, verifica-se um percentual de 22% de egressos

TABELA 6 = Cruzamento de dados – confiança após o PJB e motivação para participar dos partidos políticos

Confiança nos partidos após o PJB	Motivação atual para participar de partidos							
	sem motivação		pouco motivado		penso seriamente		totalmente motivado	
nenhuma	3	1,81%	7	4,22%	3	1,81%	2	1,20%
quase nenhuma	7	4,22%	17	10,24%	10	6,02%	4	2,41%
alguma	10	6,02%	20	12,05%	39	23,49%	25	15,06%
muita	1	0,60%	5	3,01%	4	2,41%	9	5,42%

Fonte: Elaboração dos autores.

sos que se encontram nos dois maiores níveis de confiança nos partidos, tendo também indicado ter pouco ou nenhuma motivação para essa ação.

O Índice de Confiança Social (ICS) elaborado pelo IBOPE indica os partidos políticos como a instituição com menor credibilidade entre os cidadãos brasileiros, sendo que numa escala de 100 pontos, em 2014, obteve 30. Como forma de comparação destes dados com o nível de confiança dos jovens egressos em relação aos partidos e aos quatro níveis sugeridos por este estudo, quando transpostos para uma escala numérica de 100 pontos, o nível médio encontrado para o período antes do PJB é 39, já para o período posterior ao PJB, a confiança aumenta consideravelmente para 57 pontos, o que aproxima a confiança nos partidos políticos a outras instituições verificadas no índice do IBOPE como ‘meios de comunicação’ (54), escolas públicas (56) e forças armadas (62)¹³.

Apesar das diferenças metodológicas e de escala na verificação da confiança da população em geral e do PJB, fica evidente uma larga diferença dos resultados do índice e da confiança dos egressos em relação ao período posterior ao projeto, apontando para um perfil de opinião diferenciado dos egressos, considerando a participação na simulação parlamentar do PJB. Nesse sentido, a comparação das respostas acerca do nível de confiança nos partidos antes e após o PJB indica um crescimento relevante desse sentimento (Tabela7). .

4.3 ESTÍMULO DO PJB AO INTERESSE PARA CANDIDATURA A CARGOS POLÍTICOS

Foi indagado também se a participação no PJB havia gerado interesse no participante para se candidatar, com alternativas binárias (sim ou não), sendo que 38% dos egressos responderam positivamente. No Gráfico 4, fica clara uma forte diminuição da percepção desse estímulo com o passar dos anos transcorridos da participação, tendo a turma mais recente (2013) apontado pouco mais de 53% de jovens estimulados, já no último ano

¹³ Dados do Índice de Confiança Social do IBOPE - 2013.

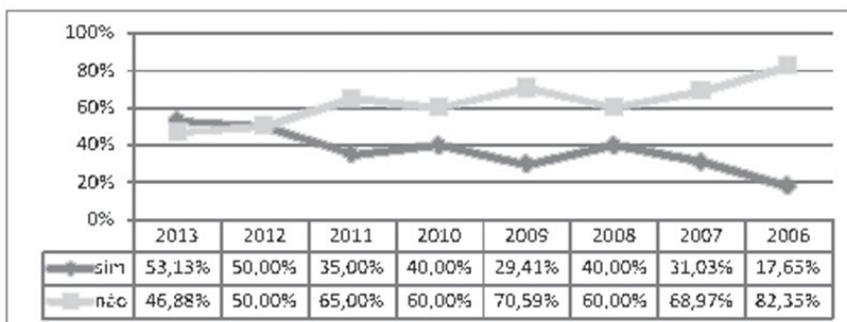
analisado (2006), apenas cerca de 18% confirmaram este estímulo.

TABELA 7 - Nível de confiança dos egressos nos partidos antes e depois do PJB

Antes do PJB	N	%	Depois do PJB	N	%
Nenhuma confiança	34	20,48	Nenhuma confiança	15	9,04
Quase nenhuma confiança	73	43,98	Quase nenhuma confiança	38	22,89
Alguma confiança	54	32,53	Alguma confiança	94	56,63
Muita confiança	5	3,01	Muita confiança	19	11,45

Fonte: Elaboração dos autores.

Gráfico 4: Interesse em se candidatar gerado pelo PJB por ano



Fonte: Elaboração dos autores.

O público masculino mostrou maior estímulo para candidaturas, com mais de 51% de respostas positivas neste grupo, contra 24% de respostas para o público feminino. O parâmetro moradia indicou um interesse levemente superior para os residentes nas cidades do interior, 22% contra 16% entre os que residem nas capitais.

Outro dado relevante, nesse contexto analítico, diz respeito à participação em campanhas eleitorais¹⁴. Entre os egressos, 23% “participam atualmente” das campanhas em seus estados de origem. Entretanto, 47% dos egressos nunca se envolveram diretamente nessa atividade política, sendo que a participação feminina é bastante inferior em termos quantitativos à do público masculino estudado. Entre as mulheres, 63% nunca se envolveram nessa atividade, enquanto apenas 34% dos homens nunca desenvolveram atividades políticas eleitorais. Isso mostra que as campanhas não são atrativas para a juventude, principalmente para as mulheres, mesmo

¹⁴ O período de coleta foi logo posterior às eleições federais: Presidência da República, governadores dos estados, deputados federais e senadores.

em se tratando aqui de um público com um perfil de opinião e formação política diferenciados do eleitoral em geral.

CONCLUSÕES

Tendo como suporte a análise das respostas dos egressos de oito edições do PJB, é possível afirmar que a participação nas atividades formativas e também de simulação parlamentar interferem significativamente na confiança em relação ao Poder Legislativo e aos partidos políticos, o que também se relaciona diretamente com a maior motivação identificada para participar da política via partidos políticos. A falta de conhecimento acerca do perfil anterior dos participantes dificulta a confirmação empírica de alguns fenômenos analisados, porém uma simples comparação do perfil do eleitorado em geral com as opiniões e interesses dos egressos pode nos dar pistas para o entendimento dos efeitos do projeto. Pesquisa do Senado Federal (BRASIL, 2014) com amostragem nacional apontou que 15% da população já pensou seriamente em se candidatar ou já se candidatou (3%). Ao observar que cerca de 38% dos egressos afirmou que o projeto gerou interesse em candidaturas a cargos políticos, já é possível visualizar alguma diferença, o que é reforçado pela idade desse público, nessa pesquisa, de 17 a 29 anos, e no eleitorado de 18 até o eleitor mais idoso.

Enquanto estudos apontam que apenas 1,4% de jovens ingressam em partidos (TELLES e DIAS, 2010), o comportamento dos egressos do PJB parece ser bastante diferente, já que 17% estão filiados a partidos e atuantes, sendo que outros 7% se filiaram após o PJB, mas pararam de participar, e cerca de 10% já eram filiados antes de participarem do projeto¹⁵. Assim, fica evidente um efeito direto do projeto no nível da ativação (o que é reforçado pelo comportamento e atitude nos primeiros anos posteriores ao projeto em diferentes quesitos analisados) e também no reforço da participação na política institucional. É provável que experiências de educação política e simulação parlamentar como o PJB tenham o potencial de, em grande medida, reverter a lógica conjuntural de desconfiança quanto ao Poder Legislativo, aos partidos políticos, e o subsequente afastamento do público jovem dessa esfera.

O PJB, mais do que iniciar muitos desses jovens, que chegam a Brasília sem grande envolvimento ou conhecimento político, tem o potencial de formar jovens líderes, o que, de fato, tem ocorrido, pela candidatura de egressos a cargos políticos (dado ainda a ser mensurado) e, como exemplo, pela eleição para vereador de dois jovens: Ayron Freixo no município de Arraial do Cabo/RJ (egresso da edição de 2004) e Lívia Guimarães Souza no município de Rio das Ostras/RJ (egressa da edição de 2005). Durante a

15 O instrumento de pesquisa não especificou a possível situação de desfiliação, apenas a interrupção da participação, mesmo tendo havido filiação posterior ao projeto.

busca dos contatos dos egressos para este estudo, feita principalmente pela internet, percebeu-se que a participação no projeto, desde a aprovação dos jovens, gera uma ampla repercussão e reconhecimento desse cidadão, o que vai muito além do ambiente escolar, difundindo-se em veículos jornalísticos locais e também no meio político regional, inclusive nas câmaras de vereadores, sendo que em muitos casos são feitas homenagens em sessões públicas direcionadas aos egressos.

Os dados mostram que o PJB altera significativamente a visão dos jovens acerca da política, interfere em muitos casos nos anseios de posicionamento social e na escolha de profissões, conforme dados gerais da pesquisa¹⁶. É possível perceber, em muitos casos, uma mudança da percepção da possibilidade de interferência na realidade, gerando a ativação da cidadania e da visão crítica acerca da política. Uma análise qualitativa mais detalhada das respostas abertas dos egressos deste mesmo levantamento¹⁷ poderá ampliar esse conhecimento acerca dos efeitos do PJB. Para efeitos ilustrativos da análise desse recorte acerca da confiança e interesse em participar, relata-se apenas um trecho de uma resposta de um egresso da edição de 2006, atualmente filiado a um partido político: “Minha participação no PJB me tornou um jovem com mais coragem para assumir de vez a política e lutar para que ela seja exercida com qualidade, respeito, ética, democracia e participação popular.” (J.M.O., masculino, edição 2006, residente em cidade do interior do Rio Grande do Sul).

A importância da educação para a democracia representada pelo PJB reside justamente no impacto positivo na cultura cívica dos jovens, ou seja, na ampliação do conhecimento e da confiança nas instituições políticas mantenedoras da democracia representativa, com destaque para o Poder Legislativo e os partidos políticos. Conforme apresentado no item anterior deste artigo, a participação no PJB alterou o nível de confiança atribuída aos partidos, mesmo a iniciativa educativa não tendo foco nessa temática, já que o direcionamento da simulação é para os procedimentos e atuação parlamentar no processo legislativo, sem uma partidarização obrigatória. Entretanto, as atividades incluem diversas oportunidades de debate de ideias, que, naturalmente, geram a formação de grupos favoráveis e contrários, seja para aprovação/rejeição de propostas, seja na eleição dos cargos da mesa diretora do Parlamento Jovem.

A pesquisa também identificou aumento do acompanhamento das atividades legislativas, do horário eleitoral gratuito, do noticiário político e da interação sobre política em redes sociais, dados que serão apresentados de forma detalhada em estudo específico acerca da participação não insti-

16 Aqui nos reportamos aos dados mais abrangentes da pesquisa, uma vez que o questionário aplicado é mais amplo do que o recorte selecionado para este artigo.

17 A análise qualitativa das respostas abertas será objeto de outro artigo.

tucional, já que esta temática tem gerado interesse de diversos estudiosos, haja vista uma possível tendência de mudança do perfil de participação política juvenil para meios alternativos.

Além da identificação do crescimento da confiança institucional e de reforço e ativação do engajamento e da participação, este estudo indica também que esses efeitos podem ser, em grande medida, duradouros, o que reitera a importância desse tipo de estratégia institucional do Poder Legislativo. O resultado do projeto analisado ultrapassa não apenas o âmbito individual e cognitivo dos participantes, também envolve e gera importância para a temática da formação política juvenil entre as instituições parceiras na sua execução, gera repercussão nos ambientes familiares, escolares e nas localidades de origem desses jovens. De forma indireta, os partidos políticos interagem com o PJB ao motivar a participação de jovens filiados, ao valorizar essa participação nas câmaras de vereadores e assembleias legislativas por todo o País e ao agregar parte dos egressos aos seus quadros e às ações de mobilização política.

É possível afirmar que o Parlamento Jovem Brasileiro, com base nos resultados relatados por seus egressos, fortalece a democracia ao ampliar a cultura cívica de jovens de diversas partes do país, que passam a ter uma opinião mais esclarecida acerca da política e se envolvem de forma diferenciada em atividades políticas não institucionais e nos partidos políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture. Political attitudes and democracy in five nations*. USA/Canada: Little, Brown and Company, 1965.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é participação?* São Paulo: Brasiliense, 2002.
- BAPTISTA, Érica Anita et al. Jovens eleitores e novas tecnologias: percepções da política e participação. *Revista do Legislativo*. Belo Horizonte, v.5, n.1, jan., 2013, p.124-132.
- BRASIL. Senado Federal. *Mulheres na Política*. Secretaria de Transparência. Coordenação de Controle Social. Serviço de Pesquisa DataSenado. Brasília/DF. Setembro de 2014.
- _____. *Diminui o número de filiados a partidos políticos*. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2014/09/30/diminui-o-numero-de-filiados-a-partidos> Data: 30 de setembro de 2014. Acesso em: 27/11/2014.
- BOSCHI, R. Instituições políticas, reformas estruturais e cidadania: dilemas da democracia no Brasil. In: Seminário Internacional Sobre Democracia na América Latina, 2004, Santiago. *Anais...* Chile, 2004.
- CASTRO, M. M.M. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral.

- Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 7-19, 1992.
- CASTRO, Lucia Rabello de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol.25, n.4, 2009, p. 479-487.
- CASTRO, Lucia Rabello de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. *Revista Sociologia Política*. Curitiba, v. 16, n.30, pp. 253-268. 2008.
- COLEN, M. C. L. As covariantes da confiança política na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, v.16, n.1, 2010, p.1-27.
- DAHL, R. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1989.
- DALTON, R. J. *Democratic challenges, democratic choices: the erosion of political support in advanced industrial democracies*. USA: Oxford University Press, 2007.
- FERES Jr., J.; EISENBERG, J. Dormindo com o Inimigo: Uma Crítica ao Conceito de Confiança. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 49, nº 3, p. 457-482.
- GOHN, Maria da Glória. Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania. *Revista Brasileira de Sociologia*, v.1, n.2, p.205-221, jul/dez 2013.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1990.
- GOMES, Wilson. *Transformação da Política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.
- GOMES, Marcelo Bolshaw. Hermenêutica, Teoria Política e Imagem Pública. *Anais do I Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política – Novembro/2006 – Salvador – BA*. Disponível em: http://www.compolitica.org/home/?page_id=70. Acesso em: 4/3/2015
- IBOPE. *Após queda acentuada em 2013, Índice de Confiança Social se estabiliza*. Matéria jornalística (sem citação de autor). 1 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Ap%C3%B3s-queda-acentuada-em-2013,Indice-de-Confianca-Social-se-estabiliza.aspx> Acessado em: 28/02/2015.
- JOSHI, D.; ROSENFELD, E. MP. Transparency, Communication Links and Social Media: a comparative assessment of 184 Parliamentary Websites. *The Journal of Legislative Studies*, v.19, nº4, p.526-545. DOI: 10.1080/13572334.2013.811940.
- LESTON-BANDEIRA, C. Studying the relationship between Parliament and citizens. *The Journal of Legislative Studies*, v.18, n.3-4, Sep-Dec. 2012, p.265-274.
- LIJPHART, A. Democracy in the 21st century: can we be optimistic?

- European Review*, v. 9, n. 2, p. 169-184, 2001.
- LOPES, D. M. N. N. Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, v. 10, n. 1, 2004, p.162-187.
- MAYORGA, C., CASTRO, L. R., &PRADO, M. A. M. *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, 2012.
- MALFITANO, Ana Paula Serrata. Juventudes e contemporaneidade: entre a autonomia e a tutela. *Etnográfica*, Lisboa, vol.15, n.3, 2011, pp. 523-542.
- MIGUEL, Luis F. Representação política em 3-D. Elementos para uma teoria ampliada da representação política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.18, número 51, p.123-140, fev, 2003.
- _____. Impasses da accountability:dilemas e alternativas da representação política. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, 25, p.25-38, nov, 2005.
- MIGUEL, L. F. A mídia e o declínio da confiança na política. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 10, nº 19, jan./jun. 2008, p. 250-273.
- MOISÉS, J. A. *Democracia e desconfiança de instituições democráticas*. Edição do autor, 2009.
- NORRIS, P. *Critical citizens: global support for democratic government*. USA: Oxford University Press, 1999.
- _____. *Democratic Deficit – Critical Citizens Revisited*. Cambridge University Press, 2011.
- NORRIS, P. Young People & Political Activism: From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice? Report for the Council of Europe Symposium, 2003. Disponível em: <http://www.pipanorris.com>
Acessado em: 30/05/2014.
- OFFE, C. How can we trust our fellow citizens? In: WARREN, M. E. (Ed.). *Democracy and trust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- PORTO, M. A crise de confiança política e suas instituições: os mídia e a legitimidade da democracia. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996.
- POWER, T. J.; JAMINSON, G. D. Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas , v. 11,n. 1, Mar. 2005, p.64-93.
- RIBEIRO, Eliane; LANES, Patrícia; CARRANO, Paulo. *Diversidade de perfis caracteriza as juventudes brasileiras*. Ibase, 2006.http://www.ibase.br/userimages/ibasenet_cv30_indicadores.pdfAcesso em 30/06/14.
- RODRIGUES, Alan. O que os jovens pensam sobre a política. *Revista IstoÉ*. Edição 2336, 29 de agosto de 2014. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/380009_O+QUE+OS+JOVENS+PENS

- AM+SOBRE+A+POLITICA Acesso em: 13/01/15.
- RIBEIRO, Ednaldo E. A. Confiança política na América Latina: evolução recente e determinantes individuais. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba , v. 19,n. 39, 2011, p. 167-182.
- STOKER, G. *Why politics matters: making democracy work*. Palgrave Macmillan, Basingstoke, 2006.
- TELLES, Helcimara de S.; DIAS, Mariana. Condutas políticas, valores e voto dos eleitores jovens de Belo Horizonte. *Revista do Legislativo*. Belo Horizonte, n. 43, jan. 2010, p.82-102.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TILLY, C. *Democracy*. New York: Cambridge University Press, 2008.
- ZITKOSKI, Jaime José; HAMMES, Lúcio Jorge. Juventude, educação e cidadania: os desafios da participação social e política. *Debates*, Porto Alegre, v.8, n.2, p. 119-139, maio/ago, 2014.

Recebido em: 01/11/2015

Aceito em: 06/12/2015